



Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Geociências
Departamento de Geografia



**A MUDANÇA DE CENTRALIDADE URBANA NO
OESTE DA BAHIA: o caso de Luis Eduardo
Magalhães e Barreiras (BA).**

Bianca Gomes de Queiroz

Orientador: Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Campinas

2012

Bianca Gomes de Queiroz

**A MUDANÇA DE CENTRALIDADE URBANA NO
OESTE DA BAHIA: o caso de Luis Eduardo
Magalhães e Barreiras (BA).**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Instituto de Geociências da
Unicamp como requisito final para obtenção
do título de Bacharel em Geografia.

Orientador:

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Campinas

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Autora: Bianca Gomes de Queiroz

Título: A mudança de centralidade urbana no oeste baiano: o caso de Luis Eduardo Magalhães e Barreiras (BA)

Orientador: Vicente Eudes Lemos Alves

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves (IG/Unicamp) – Orientador

Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo (IG/Unicamp)

Prof. Ms. Fernando Campos Mesquita (IG/Unicamp)

Campinas, dezembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves pela oportunidade de trabalho em conjunto, pela paciência em todo o processo de formação e pela apresentação do tema a mim, ao qual vejo hoje com grande apreço.

Agradeço aos demais professores do curso de Geografia da Unicamp que contribuíram de diversas formas para a minha formação profissional e pessoal, principalmente aos professores Márcio Cataia e Ricardo Castillo pelas ótimas aulas e discussões que irei guardar na memória.

Agradeço a todos os amigos e colegas que conviveram comigo nesses cinco anos e aos funcionários do IG que sempre nos auxiliaram e nos deram apoio durante todos os anos de graduação.

Agradeço a Unicamp como instituição e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro em mais de um projeto de pesquisa desenvolvido na graduação, sendo este o resultado de um projeto de iniciação científica que posteriormente se tornou o meu trabalho de conclusão de curso.

Por último e de maior importância, agradeço aos meus pais e familiares por primeiramente me propiciar viver essa experiência de cursar uma faculdade em outra cidade e pelo apoio emocional em todos os momentos de desespero e alegrias nessa fase da minha vida.

Queiroz, B. G. *A mudança de centralidade urbana no oeste baiano: o caso de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras (BA)*. 2012. 41p. Monografia (Bacharelado em Geografia). Orientador: Vicente Eudes Lemos Alves – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RESUMO

Partindo de uma abordagem da geografia econômica e regional, o estudo realizado pretendeu analisar a mudança em relação à centralidade urbana exercida na escala regional da rede urbana do oeste baiano, que compõe a região do BAMAPITO. Assim, a pesquisa teve início com o estudo das relações estabelecidas entre a expansão da agricultura moderna no cerrado da Bahia, a instalação de infra-estruturas da agroindústria, a reestruturação urbana na região e a alteração da principal influência política, econômica e de oferta de serviços entre os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no âmbito regional. A análise dessas relações anteriormente citadas é embasada em conceitos de *rede urbana* e *localidade central* de Corrêa (2006; 2011), os quais compõem a parte teórica sobre a problemática; de *região*, pelo qual Bernardes (2009) explica a relação existente entre os municípios que compõe a região do BAMAPITO; e também de *formação espacial, meio técnico-científico-informacional* e *cidades do campo* definidos por Milton Santos (2008; 2009), que abrangem o processo de construção do território e da rede urbana, de modificação da estrutura urbana brasileira através do avanço da agricultura moderna e da nova configuração resultante desse processo.

Palavras-chave: rede Urbana, centralidade urbana, expansão da fronteira agrícola e modernização da agropecuária.

Queiroz, B. G. *The urban centrality change in the west of Bahia: the case of Luis Eduardo Magalhães and Barreiras (BA)*. 2012. 41p. Monograph paper (Bachelor's degree in Geography). Orientador: Vicente Eudes Lemos Alves – Institute of Geosciences, State University of Campinas, Campinas.

ABSTRACT

Using the economic and regional geography approach, the study sought to analyze the change in relation to urban centrality exerted on the regional scale of the urban network of western Bahia, the region that composes the BAMAPITO. The research began with the study of the relationship between the expansion of modern agriculture in the cerrado of Bahia, the installation of infrastructure agribusiness, the urban restructuring and the change in the region's main political, economic and service offerings influence between municipalities Barreiras and Luis Eduardo Magalhães regionally. The analysis of these aforementioned relationships is grounded in concepts of *urban network* and *central location* by Corrêa (2006; 2011), which make up the theoretical part of the problem; concept of *region*, in which Bernardes (2009) explains the relationship between municipalities that compose the region of BAMAPITO; and also of *space conformation*, *technical-scientific-informational environment* and the concept that expresses the transformation of countrysides in cities controlled by the demand of the country, the demand of the local agribusiness defined by Milton Santos (2008; 2009), which cover the process of construction of the territory and urban network and modification of the Brazilian urban structure through the advancement of modern agriculture and new configuration resulting from this process.

Keywords: urban network, urban centrality, expansion of the agricultural frontier, modernization of agriculture.

SUMÁRIO

Introdução	8
Parte I – A construção da rede urbana brasileira e a teoria das centralidades urbanas	10
Capítulo 1: A Formação espacial e a Rede urbana no Brasil	11
Capítulo 2: Uma contextualização sobre a teoria das localidades centrais	14
Parte II – O oeste baiano e a expansão da agricultura moderna	16
Capítulo 3: A formação da rede urbana no oeste baiano	17
Capítulo 4: As características da modernização agroindustrial no oeste da Bahia	20
Capítulo 5: Regiões urbanas e regiões agrícolas: efeitos da nova urbanização no oeste baiano	25
Parte III – A mudança de centralidade urbana no oeste baiano	29
Capítulo 6: A instalação de empresas hegemônicas, o dinamismo econômico e as novas evidências de transferência de liderança econômica de Barreiras para Luis Eduardo Magalhães	30
Capítulo 7: A rápida expansão urbana de Luis Eduardo Magalhães, a configuração de uma cidade voltada para o consumo do agronegócio e a lógica da metrópole se reproduzindo na cidade média	34
Considerações Finais	39
Bibliografia	41

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figuras

Figura 1. Mapa de localização dos três municípios com maior produção de soja da região do oeste baiano	19
Figura 2. Mapa de delimitação da região do BAMAPITO, definida por Bernardes (2009)	21
Figura 3. Gráfico de projeção para crescimento econômico dos municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães	33
Figura 4. Bairro Santa Cruz em Luis Eduardo Magalhães no ano de 2005	36
Figura 5. Frente de condomínio em Luis Eduardo Magalhães no ano de 2005	37
Figura 6. Bairro Santa Cruz em Luis Eduardo Magalhães no ano de 2010	37
Figura 7. Bairro Paraíso em Luis Eduardo Magalhães em 2010	37

Tabelas

Tabela 1 – Dados de população total no município e variação dessa população no período de 2007 a 2010	30
Tabela 2 – Arrecadação municipal de ICMS em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, no período de 2002 a 2010	31
Tabela 3 – Dados do PIB municipal do município de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no período de 2002 a 2008	31
Tabela 4 – Dados do PIB per capita municipal do município de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no período de 2002 a 2008	32

INTRODUÇÃO

A partir de uma abordagem baseada na geografia econômica e regional, a pesquisa aqui apresentada pretende analisar a hipótese da mudança da localidade central existente na rede urbana do oeste baiano – área de cerrado do estado baiano que compõe a região do BAMAPITO em conjunto com as demais áreas do Maranhão, Piauí e Tocantins – entre os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Apresentando e analisando as relações estabelecidas entre a expansão da agricultura moderna no cerrado da Bahia, a instalação de infraestruturas da agroindústria, as migrações realizadas para a região e a reestruturação urbana regional que dão origem a uma incipiente alteração da localidade central que exerce o poder político, econômico e a oferta de bens e serviços entre os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no âmbito regional.

Para melhor entender a problemática em estudo, considera-se que os cerrados nordestinos se destacam hoje como uma potente região produtora de grãos para importação, tendo como principal produto a soja, e se caracterizam pela produção agrícola moderna, formando uma região com similares atividades econômicas, conflitos de terra e produção e reprodução do capital, a qual vem sendo denominada de BAMAPITO (Bernardes, 2009). Esta região abrange o oeste baiano, sul do Maranhão, sudoeste e sul do Piauí, e do nordeste e sudeste de Tocantins.

A intensificação e difusão do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2009) a partir dos anos de 1970 no território nacional, apoiada na integração territorial intensificada desde a segunda guerra mundial que deu origem a rede urbana brasileira, possibilitam a expansão da agricultura com base em técnicas modernas de cultivo e gerenciamento da produção e, consequentemente, criam as oportunidades de abrangência desse tipo de produção e reprodução do capital em diversos espaços do território (Bernardes, 2009). Assim, a ocupação da terra anteriormente baseada no extrativismo e na pecuária extensiva característica dos cerrados nordestinos, principalmente do oeste baiano, se volta para uma nova forma de organização espacial e territorial do trabalho, submetendo-se a mudanças significativas nas relações socioespaciais e da rede urbana regional.

Nesse contexto, o desenvolvimento econômico advindo da agropecuária afeta também as cidades localizadas na região, que têm sua dinâmica econômica, política,

social e de urbanização modificada e voltada para o campo, dando origem as cidades que Milton Santos denomina de cidades do campo (Santos, 2009).

Dessa forma, Barreiras, que sempre despontou como principal município do oeste baiano, passa de uma cidade com poucos equipamentos urbanos e de serviços a uma das principais cidades da soja na região, com equipamentos da agroindústria, comércio e serviços desenvolvidos e voltados para tal produção (Santos Filho, 1989). E, seguindo a mesma lógica que Barreiras, o povoado de Mimoso do Oeste se eleva a categoria de cidade no ano de 2000, tornando-se o município de Luis Eduardo Magalhães, através principalmente do grande dinamismo econômico e urbano ali presente após a instalação de migrantes sulistas que já possuíam conhecimento no manejo de técnicas agrícolas modernas e tornam-se os grandes empresários da nova produção agrícola moderna na região e de responsáveis por algumas empresas modernas de processamento de grãos e defensivos agrícolas.

Em suma, a problemática sobre a qual a pesquisa se recai é a da inversão dos papéis entre Barreiras e Luis Eduardo Magalhães como município central de poder econômico, político e de oferta de bens e serviços da nova produção capitalista instalada no oeste baiano, ocorrendo na medida em que o segundo município passa a obter maior importância na rede urbana regional que o primeiro, despontando como a nova centralidade urbana nos cerrados baianos (Alves, 2006). O objetivo desse estudo é compreender por quais motivos o município de Luis Eduardo Magalhães passa a exercer o papel central na economia agroindustrial moderna que ordena a produção espacial do atual período no oeste da Bahia, buscando estabelecer sua posição dentro dessa rede urbana hoje.

Para melhor entender a origem desse processo de mudança da posição na hierarquia urbana realizada entre os dois municípios aqui citado, busca-se compreender a evolução urbana no oeste baiano, o desenvolvimento e a expansão do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2009) no território brasileiro e as consequências dessa expansão nas atividades produtivas, na divisão territorial do trabalho e na produção do espaço urbano.

Parte I – A construção da rede urbana brasileira e a teoria das centralidades urbanas

CAPÍTULO 1. A Formação espacial e a Rede urbana no Brasil

A discussão da formação da rede urbana implica no entendimento da formação socioespacial de um determinado território, sendo este o conceito utilizado para determinar as diversas combinações de forças externas e internas ao lugar em determinado momento histórico. Para concretizar a teorização sobre a formação socioespacial brasileira, Milton Santos propõe o uso da categoria de Formação Econômica e Social (Santos, 2008) como ferramenta para o entendimento do papel do espaço na formação das diversas combinações pelas quais uma sociedade pode evoluir, uma vez que toda a evolução é uma combinação entre os diversos fatores que dão origem ao modo de produção na sociedade e dependem diretamente da realidade concreta, ou seja, das diversas formas que se inserem no espaço visando à realização do modo de produção na sociedade. Essa formação, porém, não se apresenta em um quadro estático no tempo, mas é fruto de um processo histórico que se modifica sistematicamente.

Sobre isso, Milton Santos afirma:

A formação social compreenderia uma estrutura produtiva (P. L. Crosta, 1973) e uma estrutura técnica (G. La Grassa, 1972:93). Trata-se de uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção. (...)

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O ‘valor’ de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (Santos, 1974:8).

(Santos, 2008, p 27-28)

A partir dessa afirmação, entende-se que “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (Santos, 2008, p 28), o que gera, conseqüentemente, uma maior seletividade do capital ao se instalar em diferentes espaços, já que o modo de produção anteriormente instalado no território pode afetar e interagir de diversas formas com a nova forma de produção que tenta ali se instalar.

Em relação à rede urbana e sua ligação com a formação socioespacial, Roberto Lobato Corrêa (2006) propõe que a cidade possui um elevado grau de rigidez em seus objetos técnicos e também grande possibilidade para a criação de novas funções para os

mesmos, e, por isso, apresenta muitos elementos herdados dos diversos momentos da sua formação socioespacial ou de formações as quais se associou em diferentes períodos, o que limita as possibilidades de implantação de um novo modo de produção em sua forma mais pura e cria atribui diferentes valores aos lugares.

Conclui-se que “de fato, a formação social, totalidade abstrata, não se realiza na totalidade concreta senão por uma metamorfose onde o espaço representa o primeiro papel” (Santos, 2008, p 30). Também se assume que não é possível criar uma teoria que se estenda por todas as diversas possibilidades presentes na realidade, entretanto, é necessária a apresentação de uma forma de análise sobre a problemática da rede urbana e seu estudo.

Para tanto, a teorização de Corrêa sobre a rede urbana afirma que “[Rede urbana] é um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, (...)” (Corrêa, 2006, p 43), sendo que “no bojo do processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente” (Corrêa, 2006, p 15).

Na mesma discussão, Corrêa (2006) propõe que a rede urbana seja analisada por quatro pontos distintos e complementares, que, segundo o autor, apresentam os diferentes pontos que devem ser levados em consideração em uma análise da rede urbana, sendo eles: a rede urbana vista como um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho, uma vez que “(...) em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional caracterizadora (...)” (Corrêa, 2006, p 26) e que é através de seus serviços, como bancos, transportes, indústria, etc, que se tornam viáveis a produção agroindustrial, a circulação dos bens entre cidade e campo e o consumo de bens.

A rede urbana como a forma espacial pela qual se viabiliza os dois ciclos de exploração comandados pela cidade sobre o campo, onde “no primeiro, a grande cidade, cabeça da rede urbana, extrai do campo força de trabalho, renda fundiária e produtos agrícolas (...). No segundo, que realimenta o primeiro ciclo (...), a cidade exporta para o campo capitais, novos usos da terra, força de trabalho, ideias e valores, e bens e serviços” (Corrêa, 2006, p 30-31);

rede urbana como, antes de tudo, uma forma espacial, ou seja, “(...) uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades” (Corrêa, 2006, p 37);

e por último, a rede urbana submetida a uma periodização, uma vez que a totalidade social é resultado de “(...) uma combinação de temporalidades diferentes, definindo cada combinação um tempo histórico” (Corrêa, 2006, p 40).

Em um esforço para analisar e categorizar a rede urbana através das diversas formações sociais presentes no espaço, Corrêa conclui que “cada sociedade tem a sua própria geografia, que inclui, na maioria dos casos, a sua rede urbana particular” (2006, p 281) e no Brasil a grande divergência de processos sociais e naturais resulta em uma rede urbana altamente heterogênea.

Buscando uma categorização para a rede urbana brasileira, o mesmo autor propõe três formações espaciais distintas e coexistentes no período que abrange o final do século XX para o XXI, sendo elas a formação espacial fundada na grande propriedade, a fundada na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus, e a última denominada como formação espacial da fronteira. Dando destaque a última tipologia de formação espacial proposta devido a relevância para o trabalho desenvolvido, a formação espacial de fronteira representa áreas de transitoriedade entre espaços em que o modo de produção antigo vem sendo substituído pelo novo, geralmente dando origem a algum dos outros dois tipos de formação espacial anteriormente citados.

Por último, ressalta-se que “a estrutura fundiária e as relações sociais a ela associada desempenham papel crucial na estruturação das possíveis combinações entre produção, circulação, consumo, estrutura política, relações sociais e padrões culturais e suas projeções espaciais, definindo uma particular formação espacial” (Corrêa, 2006, p 283).

CAPÍTULO 2. Uma contextualização sobre a teoria das localidades centrais

A teoria das localidades centrais tem origem com Christaller em 1933 e foi amplamente utilizada pela geografia como ferramenta de estudo das redes urbanas no Brasil e no mundo através dos modelos de hierarquização e denominações das formas de organização dos centros urbanos. Porém, a desatualização e a falta de compatibilidade dessa teoria e das diversas outras derivadas da mesma em relação ao quadro de formação socioespacial e da atual rede urbana brasileira fez com que Roberto Lobato Corrêa propusesse uma nova reflexão sobre o tema no século XX¹. Corrêa afirma:

Em razão da desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, da qual a rede urbana é simultaneamente um reflexo e uma condição, verifica-se a existência de diversos tipos de redes urbanas de acordo com o grau de articulação interna e externa de cada rede. (...) Neste sentido, não aceitamos os modelos formais de Christaller, Lösch e Zipf como referências dotadas de universalidade. Semelhantemente, não endossamos a tese da existência de redes urbanas organizadas e desorganizadas, tese que está apoiada em parâmetros arbitrários, derivados de modelos hipotético-dedutivos e normativos, ou apoiada em visão etnocêntrica, europeia e norte-americana, da urbanização.

(Corrêa, 2011, p 94)

Então, partindo da ideia de que a rede urbana brasileira não é homogênea e não pode ser enquadrada e descrita em um único padrão espacial, assume-se que toda rede urbana é fruto de uma sociedade que vive em uma economia de mercado através de um modo de produção, sendo esse responsável por uma certa divisão territorial do trabalho e pela realização da produção através da circulação e da troca entre os pontos fixos que compõe essa rede urbana². Entretanto, o autor em destaque afirma que nesse conjunto de localidades (os pontos fixos da rede urbana) há sempre um centro de maior importância, que exerce maior influência econômica e política sobre as demais localidades.

¹ As análises utilizadas nesse trabalho encontram-se nos ensaios sobre a rede urbana brasileira e em países subdesenvolvidos em seus livros *Estudos Sobre a Rede Urbana*, 2006, e *Trajetórias Geográficas*, 2011.

² Corrêa, 2011, define que a rede urbana “é, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros” (p 93).

A esse centro de maior importância denomina-se centralidade urbana ou localidade central e entende-se que dentro de uma rede urbana podem existir diversas formações socioespaciais, como citado no capítulo anterior, o que proporciona maior complexidade à relação entre as localidades que se caracterizam como centrais em uma determinada rede urbana, uma vez que há possibilidade de duas ou mais cidades apresentarem diferentes tipos de centralidade na região (Corrêa, 2006).

A rede urbana brasileira foi criada a partir de um padrão de ocupação do território que partia de uma grande cidade litorânea exercendo o papel de localidade central e sua área de influência que abrangia diversas pequenas cidades ao entorno, possuindo uma configuração que se expressa em diversas redes regionais isoladas entre si e conectadas mais com o exterior, sendo categorizada por Corrêa (2011) no padrão de rede urbana dendrítica. Esse padrão de ocupação e formação da rede urbana sofre gradual modificação com o tempo, porém, é a partir dos anos 1950, após a Segunda Guerra Mundial, que ocorre a integração da rede urbana brasileira.

A partir da década de 1970, a modernização do território e a incipiente globalização levaram a uma maior especialização funcional dos lugares e ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho, o que aumenta a complexidade dos centros urbanos brasileiros e de suas relações de centralidade.

A complexidade funcional crescente vai traduzir-se, entre outros aspectos, no fato de que cada centro situa-se simultaneamente em pelo menos duas redes.

Uma constituída por localidades centrais e na qual cada centro tem uma posição (...) e outra, menos sistemática e mais irregular, na qual cada centro desempenha um papel singular e/ou complementar a outros centros.

(Corrêa, 2011, p 100)

Parte II – O oeste baiano e a expansão da agricultura moderna

CAPÍTULO 3. A formação da rede urbana no oeste baiano

A forma de ocupação inicial³ no oeste baiano ocorre pelo desbravamento do sertão do São Francisco, avançando em expedições em busca da escravização de indígenas locais e posteriormente com a concessão de sesmarias, das quais muitas foram transformadas em propriedades de criação de gado. Entre os séculos XVI e XVII, surgem os primeiros povoadamentos ao longo do rio e seus afluentes, que vivem em torno da atividade pecuária e do plantio de cana-de-açúcar em menor escala, mas também com o desenvolvimento da agricultura de subsistência e de atividades extrativistas locais.

Os povoados que surgem nesse período servem como pontos comerciais no período que se segue (século XVIII) com a exploração mineral em Minas Gerais e Goiás, o que gera determinada articulação entre esses pontos e as zonas de mineração. A partir do século XIX os cerrados baianos ganham figura própria em sua economia, sendo alimentados pelos rios São Francisco e seus principais afluentes navegáveis, a região se transforma em importante entreposto comercial de ligação entre Salvador e os sertões de Goiás por vias fluviais, e entre a capital do estado e o seu interior. Como principal cidade desse fluxo comercial aparece Barreiras, que no final do século XIX tem maior crescimento com a extração da seiva de mangabeira para produção de borracha e o desbravamento das matas e cerrados do entorno (Santos Filho, 1989).

As cidades e povoações do oeste baiano até 1950 apresentavam baixo dinamismo, servindo basicamente como centralizadoras e redistribuidoras dos excedentes agropecuários, além do papel de suprir as necessidades da população local. Assim, as atividades urbanas têm baixo desenvolvimento e permaneceram atreladas ao lento dinamismo da agropecuária extensiva desenvolvida na região.

A partir da Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo, nos anos de 1950, Barreiras recebe uma série de equipamentos urbanos que a tornam mais dinâmica e proporcionam o desenvolvimento de toda a região. Em 1960, ocorre a inauguração de Brasília como nova capital do Estado brasileiro, o que gera um maior dinamismo na integração nacional a partir da geração de uma rede de estradas que ligam grande parte do interior do território nacional, sendo instalado em Barreiras o 4º Batalhão de Engenharia e Construção com o propósito de construção das BRs 242 e 135 para a integração dos cerrados baianos à ocupação do interior do Brasil (Santos Filho, 1989).

³ Tendo como ponto de partida a colonização portuguesa no Brasil.

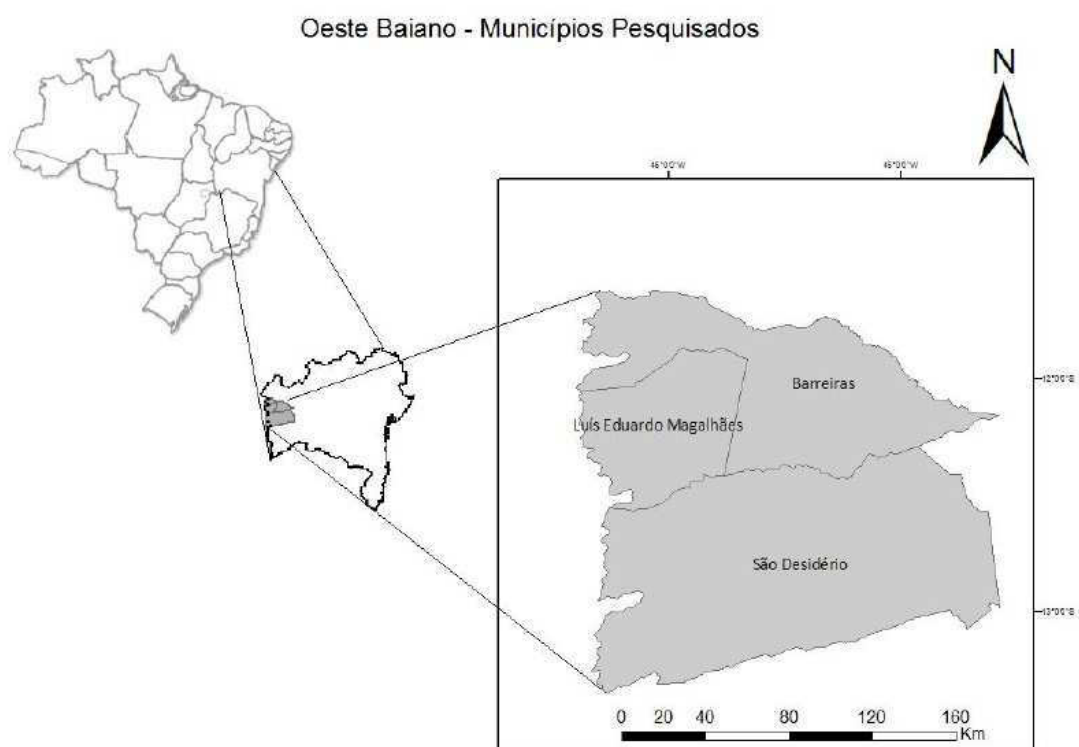
O período em que vigora a ditadura militar é marcado pelo processo de aceleração induzida da economia (Brandão, 2010) e representa um período de maior investimento em grandes infra-estruturas e de dinamização da integração territorial no país. Além dos projetos de criação de infra-estruturas de transporte e energia, o poder público federal passa a investir em estímulos a ocupação agrícola através de alguns programas, tais como, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER) e o da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), possibilitando o financiamento do agricultor proporcionado principalmente por bancos públicos, e com pesquisa para o melhoramento agrícola realizada pela Embrapa (Alves, 2006).

Segundo Ilario (2011), um fator de grande importância nesse período de modernização da região foi a migração de moradores de diversas áreas do Brasil, mas principalmente do sul e sudeste, para Barreiras e seu entorno devido à característica de presença ainda de várias áreas com baixos preços da terra para agricultura na região. A capitalização dos migrantes sulistas, além de seu domínio das técnicas de agricultura moderna, torna ainda mais atraente a oferta de terras na região para esse grupo migrante, que encontra ali, porém, formas de ocupação da terra anteriores a sua chegada, o que gera um conflito por terras entre os novos moradores e os antigos camponeses.

A partir dos anos 80 ocorre um processo de desconcentração espacial das atividades da agricultura e da agroindústria no sul e sudeste do Brasil, que impulsiona a expansão dessas atividades para as áreas de cerrado baiano e nordestino em geral. Essa nova forma de produção na região passa a ter grande importância na economia dos municípios ali presentes e os insere na economia nacional e internacional (Ilario, 2011).

A figura 1 aponta os três principais municípios produtores de soja do oeste baiano.

Figura 1. Mapa de localização dos três municípios com maior produção de soja da região do oeste baiano



Fonte: Ilario, 2011, p 7.

CAPÍTULO 4. As características da modernização agroindustrial no oeste da Bahia

Com a implantação da rede viária e dos projetos de infraestruturas, as terras do cerrado baiano sofrem valorização, estimulando a apropriação e redistribuição de terras na região a partir dos anos 1970, amparadas no financiamento estatal para o desenvolvimento de novas atividades, o que atrai empresários da capital do estado da Bahia, do Nordeste e do Centro-Sul do Brasil. Dessa forma, o maior dinamismo econômico das atividades agropecuárias propicia um processo mais acelerado de urbanização na região, com expansão das atividades urbanas em municípios já estabelecidos e com a criação de novos municípios, tendo destaque o município de Barreiras que desponta desde o início da ocupação regional como maior centro urbano.

Tendo como base econômica e material o desenvolvimento obtido nos anos 1970, a cultura de soja no cerrado baiano se inicia fortemente nos anos de 1980 com base em financiamentos do governo federal para a ocupação e modernização dos cerrados e da divulgação dos resultados obtidos pelas pesquisas de melhoramento agrícola da Embrapa. Este fenômeno foi conduzido também, como já citado anteriormente, por uma forte onda de migração sulista para a região, população que sai do sudeste e sul do Brasil por conta de vários motivos, dentre outros, a concentração da propriedade da terra naquela região; os poucos recursos destinados à agricultura, especialmente dos pequenos produtores; e as inovações tecnológicas introduzidas ao campo que provocavam expulsão dessa população camponesa para outras áreas.

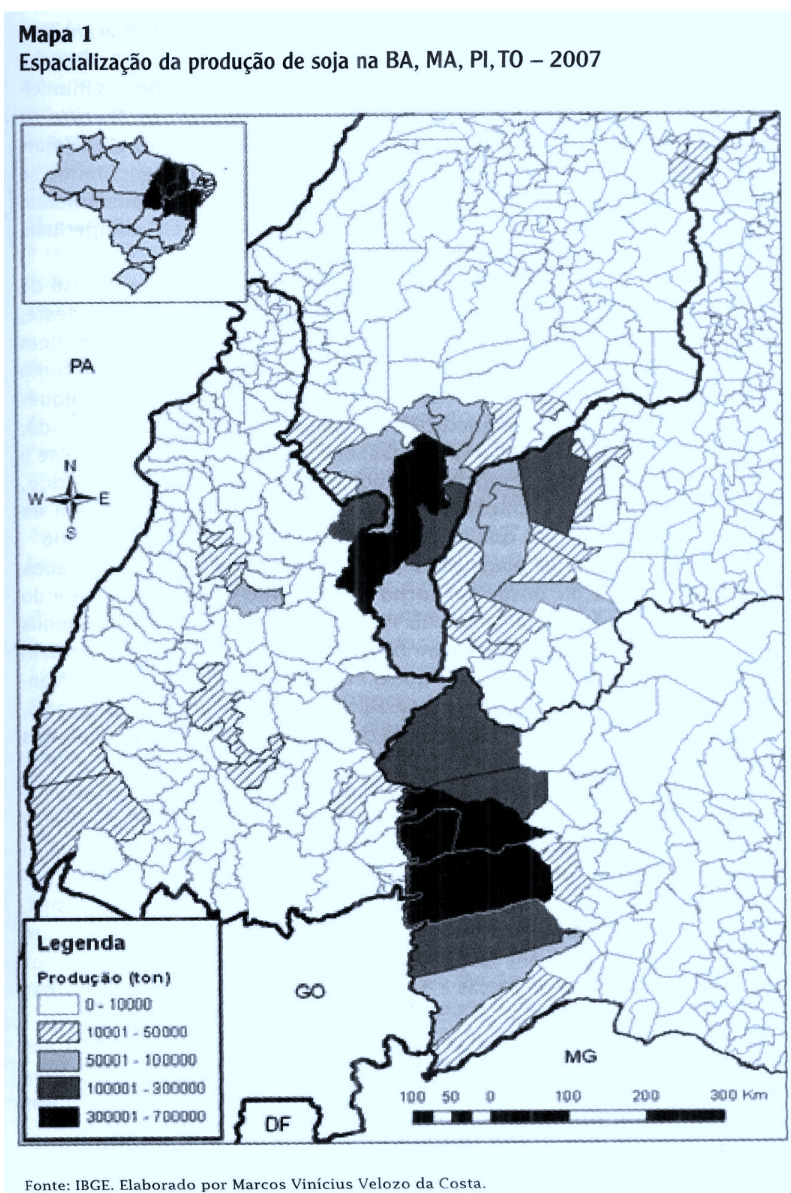
Neste contexto econômico e político de expansão do capitalismo por meio da difusão de mudanças técnicas e científicas que se intensifica no território nacional a partir dos anos 1970, o cerrado baiano, assim como posteriormente toda a região de cerrados nordestinos e do estado do Tocantins, assume o papel de fronteira agrícola do país, tendo a soja como principal cultura, devido à intensificação da utilização de técnicas agrícolas baseadas no desenvolvimento científico que possibilitam o cultivo em terras anteriormente inóspitas à agricultura, o que resulta na criação de complexos agroindustriais. Essa nova produção econômica enfraquece as antigas atividades econômicas da região, e gera a possibilidade de inserção do oeste baiano nos espaços regional e global.

Júlia Adão Bernardes (2009) define como fronteira agrícola uma nova racionalidade econômica que surge associada ao uso de recursos técnicos modernos e se

liga à expansão dos mercados capitalistas dando um novo uso a terra. Entretanto, essas inovações tecnológicas que são empregadas no oeste baiano não eliminam totalmente as estruturas econômicas e políticas anteriores à sua existência, o que dá origem a lugares de convivência entre antigas práticas agrícolas e a agricultura moderna, sendo traduzidas nos cerrados nordestinos como as antigas ocupações que convivem hoje com a agroindústria, o que produz conflitos de diferentes naturezas na região.

A delimitação da região do BAMAPITO, assim como a produção de soja nos municípios que a compõe pode ser vista na figura 2.

Figura 2. Mapa de delimitação da região do BAMAPITO, definida por Bernardes (2009).



Fonte: Bernardes, 2009, p 21.

A expansão da agricultura moderna nessa região se distingue da ocorrida no centro-oeste brasileiro devido a maior permanência dessas atividades tradicionais no local, mas, assim como no cerrado do centro-oeste brasileiro, a expansão da agricultura moderna na região do BAMAPITO também promove uma enorme concentração fundiária, e a tendência apresentada é a da incorporação das áreas naturais, assim como de pastagens e terras não utilizadas na produção da soja (Bernardes, 2009). Apesar da existência de particularidades em diversas áreas da região do BAMAPITO, a agricultura moderna se expande e ocupa terras de diferentes características edafoclimáticas. Sua dissipação é promovida por grupos sociais hegemônicos que proporcionam esse desenvolvimento baseado nos progressos científicos e tecnológicos que se traduzem na expansão da área de cultivo, magnitude da produção e rendimento da mesma.

Os diferentes níveis de implementação da agricultura moderna nos municípios da região reflete em diferentes níveis de valorização da terra, o que pode ser exemplificado com o valor da terra em Luís Eduardo Magalhães (BA), onde um hectare custa em torno de R\$ 8.400,00, e Baianópolis (BA), onde uma área de mesma dimensão custa em torno de R\$ 1.500,00⁴ (Bernardes, 2009). Essa variação no preço da terra pode ser resultado da diferenciação na concentração de estruturas de serviços, técnicas e informações nos municípios com maior valorização devido à expansão não simultânea do capital agropecuário dentro da região (Alves, 2006).

A ação das grandes empresas que financiam e promovem pesquisas tanto biogenéticas e bioquímicas quanto mecânicas voltadas para a agricultura moderna é o principal foco difusor dessa forma de produção, mantendo no Brasil uma forte participação do setor público em conjunto com o privado através da Embrapa Soja e suas parcerias. Essas empresas, como a Cargill e a Bunge Alimentos e Fertilizantes, se mantêm nas fronteiras agrícolas sendo elas as únicas a possuírem a tecnologia de esmagamento de grãos, e estão presentes nos dois principais municípios do oeste baiano: Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães.

O agronegócio que se instala na região exige mão de obra mais qualificada e emprega em menor grau a mão de obra sem qualificação pagando menores salários. Dessa forma, ocorre a formação de um grande contingente de trabalhadores e de pequenos produtores agrícolas que não possuem chance de concorrer com a agricultura moderna, impulsionando, assim, o aumento de conflitos pela posse terra e aumentando a

⁴ Os valores são referentes ao ano de 2008, segundo Julia Adão Bernardes (2009, p 22).

pressão social e econômica para a migração dessa população rural em direção às cidades.

As implantações técnicas no território que dão base a difusão do sistema de agricultura moderna no país são representados na região do BAMAPITO e, conseqüentemente, no oeste baiano principalmente através da evolução de uma rede de transportes que possibilita o escoamento da produção através de rodovias e ferrovias, e pela rede de armazenamento, que possui um papel estratégico tanto para o escoamento quanto para a realização de políticas cerealíferas e regulação de estoques conforme necessidades do mercado (Bernardes, 2009). Em ambos os casos, faz-se presente a ação governamental através de, no primeiro caso, investimentos em infraestruturas, e, no segundo caso, financiamentos e mesmo implantações desses sistemas de armazenagem.

Assim como as mudanças no campo, a implantação da agricultura moderna promove uma mudança nos núcleos urbanos onde se instala, pois a cidade passa a ser a sede do comando do desenvolvimento no campo (Santos, 2009). Estas cidades ganham importância no campo, pois cumprem a função de atender as necessidades advindas da principal atividade econômica local – o agronegócio. Assim, outro aspecto brevemente citado e agora retomado da expansão dessa agricultura moderna nos cerrados baianos é a concentração das atividades voltadas para o campo em apenas algumas cidades, promovendo disparidade econômica e política entre os municípios da região.

O processo de reprodução do capital na região de expansão da agricultura moderna, baseada na utilização da técnica, não leva em consideração as atividades tradicionais ou as rugosidades (Santos, 2004) ali presentes, visando apenas à maximização dos lucros e promovendo o desenvolvimento da rede urbana através das cidades voltadas para as necessidades da agropecuária local. Por este motivo, a presença de ocupação da terra e atividades econômicas pretéritas ao agronegócio na região sofre uma tentativa de homogeneização pela nova atividade econômica e o resultado desta imposição é o conflito em certas áreas, o aumento da concentração de terra nas mãos dos representantes do agronegócio e a progressiva submissão das comunidades tradicionais aos novos meios de produção.

Na área urbana, embora ocorra uma tentativa de homogeneização do espaço promovido pelo agronegócio cuja cidade se adapta às necessidades das empresas, há também a criação de espaços da pobreza, mostrando diferenciações na nova forma de ocupação do urbano. Verifica-se, neste sentido, que a nova dinâmica de algumas cidades do oeste da Bahia, especialmente aquelas voltadas para o agronegócio, produz,

ao mesmo tempo, espaços que refletem o estilo de vida das cidades modernas, com a presença de condomínios fechados e a ausência do convívio social em vias públicas promovidos principalmente pela elite agroindustrial local, e os espaços que transcrevem a cultura local, com a utilização e valorização de espaços públicos como meio de socialização da população, festas tradicionais e religiosas, e outras manifestações populares (Alves, 2009).

CAPÍTULO 5: Regiões urbanas e regiões agrícolas: efeitos da nova urbanização no oeste baiano

Com a possibilidade de difusão do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2009) a partir da maior integração territorial ocorrida principalmente a partir de 1970, tanto o urbano quanto o rural passam por um processo de reestruturação na sua produção econômica e do espaço geográfico. Os objetos técnicos carregados de informação são introduzidos no campo brasileiro e promovem a capacidade de ocupação e cultivo de solos anteriormente menos férteis, eliminando assim as vantagens antes existentes das áreas com melhores condições edafoclimáticas sobre as com piores condições. Em relação a essa discussão, da difusão do meio técnico-científico e sua influência em uma nova forma de urbanização no território, Milton Santos (2008a) afirma:

A partir sobretudo do fim da Segunda Guerra Mundial, o território vai se mostrando cada dia que passa com um conteúdo maior em ciência, em tecnologia e em informação. Desse modo, as remodelações que a ele se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados.

Isso traz, em consequência, mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Tudo isso faz com que o território contenha, cada dia que passa, mais e mais ciência, mais e mais tecnologia, mais e mais informação(...)

(Santos, 2008a, p 121)

A instalação desse novo meio carregado de técnica, ciência e informação nos diversos territórios gera a possibilidade de maior integração do trabalho no âmbito mundial, o que resulta em uma maior e mais profunda divisão territorial do trabalho e no aumento crescente da demanda por uma mão de obra intelectualizada para a realização de um trabalho produtivo intelectual em detrimento da diminuição de necessidade do trabalho material. No Brasil, essas novas características que possibilitam a modernização no campo, também refletem na utilização da cidade como “(...) *locus* da regulação do que se faz no campo” (Santos, 2008a, p 127), pois é na cidade que se instalam as grandes indústrias agrícolas e é também é através da cidade que se regula a atividade do campo, devendo esta se adaptar as necessidades advindas do mesmo.

A esse novo papel das cidades locais, submetidas às exigências do campo, Milton Santos fala:

(...) É ela [a cidade] que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola. Porque ela é obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. (...) tudo isso faz com que as cidades locais deixem de ser a cidade no campo e se transformem na cidade do campo.

(Santos, 2008a, p 127)

Nessa contextualização de modernização do campo e intensificação no surgimento de cidades locais relacionadas a esse campo, Milton Santos (2009) propõe analisar as regiões agrícolas e regiões urbanas, onde em ambas convivem áreas urbanas e rurais sendo que “o que distinguirá a *região urbana* e a *região agrícola* não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo” (Santos, 2008b).

Dessa forma, as cidades da região agrícola são caracterizadas pela sua relação com o mundo rural e abrigam atividades produtivas relacionadas diretamente às necessidades do campo, dependendo das mesmas para seu desenvolvimento urbano. Passando, então, as cidades da região em estudo, a serem chamadas de cidades do campo (Santos, 2009) devido a sua ligação imediata com a atividade agrícola com a qual estabelecem dependência. Tais cidades possuem a função de regulação do mundo rural, dando respostas imediatas às necessidades das produções agrícolas, o que promove a intensificação da divisão territorial do trabalho e onde a produção torna-se especializada criando redes urbanas densamente dependentes.

Denise Elias (2006) afirma que no período considerado de presença do meio técnico-científico-informacional, a reestruturação produtiva na agricultura proporciona uma reorganização também na rede urbana, proporcionando o surgimento de maior número de cidades médias e locais e a ampliação de centros urbanos já existentes, uma vez que a modernização agrícola gera dois fluxos migratórios para as cidades: o primeiro composto pelos antigos trabalhadores rurais agora expulsos pelo poder hegemônico do grande capital da agricultura moderna; e o segundo pelos profissionais especializados que migram para suprir as necessidades deste tipo de mão de obra no agronegócio.

Não distinta dessa forma de produção do espaço urbano, Barreiras tem seu desenvolvimento econômico impulsionado a partir da instauração do agronegócio na região, e desponta como principal cidade do agronegócio no oeste baiano durante um longo período, ampliando-se o número de objetos urbanos, de infraestrutura e serviços. Nas últimas décadas o município sofre um adensamento populacional considerável com a implantação da agricultura moderna, passando de 30.055 habitantes em 1980 para 115.784 em 2000 (IBGE). O rápido crescimento urbano em Barreiras no período citado ocorre devido à expulsão da população rural nas proximidades do município que é resultado da ocupação das terras pela agricultura moderna e ao número de migrantes sulistas que se instalam no município, sendo condizente com os vetores migratórios propostos por Elías (2006).

No período que abrange os anos de 1980 a 1996, Barreiras apresenta um crescimento da população rural no município, que é explicado por Alves (2006) pela expansão dos migrantes sulistas às áreas rurais, onde muitos se instalaram e deram origem a pequenos povoados locais, que posteriormente se tornariam áreas urbanizadas, como Mimoso do Oeste. Dessa forma, o povoado de Mimoso do Oeste, que nasce a partir de loteamentos que são instalados no entorno de um posto de combustíveis com o intuito de abrigar funcionários e migrantes sulistas, torna-se, em 1997, distrito do município de Barreiras com pouco mais de 4.000 habitantes. Este povoado eleva-se a categoria de município em 2000 com o nome de Luis Eduardo Magalhães e com população estimada em 20.000 habitantes (Alves, 2006). O grande adensamento populacional e urbano ocorrido no município de Luis Eduardo Magalhães se deve em parte à população rural que perde suas terras ou não consegue concorrer com a agricultura moderna que se instala, e pela migração de sulistas.

A preferência dos migrantes sulistas pela transferência de moradia da cidade de Barreiras para as áreas rurais e a consequente formação de povoados locais pode contribuir para a hipótese de que a menor presença de objetos técnicos de diferentes tempos nesse espaço, que posteriormente dará origem ao município de Luis Eduardo Magalhães, contribui diretamente para a difusão mais eficaz e com maior rentabilidade do capital agroindustrial nessa área, capital, esse, que se revela como o novo modo de produção nos cerrados baianos. Desse cenário, resultaria um maior dinamismo econômico do agronegócio na nova localidade em relação à antiga Barreiras, que apresenta grande presença de objetos técnicos e sociais referentes a modos de produção anteriores ao atual e que interagem de diversas formas com a nova forma de produção e

reprodução do capital moderno que busca se instalar no município com a expansão da fronteira agrícola a partir dos anos 70 e 80.

Assim como a hipótese que é aqui apresentada para explicar a melhor difusão e reprodução do capital agroindustrial em Luis Eduardo Magalhães, Milton Santos apresenta a ausência de rugosidades como principal fator da escolha locacional do Centro-Oeste para a instalação do agronegócio:

A situação anterior de cada região pesa sobre os processos recentes. Quando da intensificação da urbanização, algumas áreas eram de antigo povoamento, servidas por infra-estruturas antigas, representativas de necessidades do passado e não respondendo, assim, às vocações do presente. É a realidade do Nordeste, onde, também, uma estrutura fundiária desde cedo hostil a uma maior distribuição de renda, a um maior consumo e a uma maior terciarização ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento e urbanização.

Por outro lado, o Centro-Oeste – e mesmo a Amazônia – apresenta-se como extremamente apropriado aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infra-estrutura de monta nem outros investimento vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pôde, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que seu território era praticamente livre de heranças de diferentes sistemas técnicos e sociais, de novo que o novo vai se dar, aí, com maior velocidade e rentabilidade.

(Santos, 2008c, p 131-132)

Assim, o crescimento populacional veio acompanhado de um importante crescimento econômico conduzido pela presença da agricultura moderna, mas também por serviços e comércios distintos e pela instalação de empresas hegemônicas associadas ao processamento de soja e, mais recentemente, de algodão. Esses fatores vêm conduzindo Luis Eduardo Magalhães a assumir o papel de centralidade urbana no oeste da Bahia, retirando a liderança regional de Barreiras, a qual, embora ainda continue exercendo uma polarização regional, já apresenta evidências de perda de poder e influência política e econômica a respeito do agronegócio da região diante do dinamismo de Luis Eduardo Magalhães.

Parte III – A mudança de centralidade urbana no oeste baiano

CAPÍTULO 6: A instalação de empresas hegemônicas, o dinamismo econômico e as novas evidências de transferência de liderança econômica de Barreiras para Luís Eduardo Magalhães

A nova posição econômica do município de Luís Eduardo Magalhães frente ao município de Barreiras pode ser apontada por diversos dados, como os contidos nas informações do cadastro de empresas elaborado pelo IBGE, da circulação de bens, da arrecadação de ICMS dos dois municípios, do crescimento populacional, dentre outros. Dessa forma, como ponto de partida para a comprovação da hipótese aqui apresentada, foram levantadas algumas variáveis com o intuito de demonstrar o rápido crescimento econômico de Luís Eduardo Magalhães frente ao desenvolvimento de Barreiras.

No período correspondente de 2007 a 2010 a população total do município de Luís Eduardo Magalhães apresentou uma variação positiva considerável, de aproximadamente 36% em relação a 2007, conforme indicam os números da Tabela 1, o que sugere um crescimento populacional no município muito superior ao ocorrido em Barreiras, que variou apenas 6,12% no período considerado. Essa diferença de crescimento pode ser reflexo da forte migração apontada anteriormente como resultado da implementação da agricultura moderna no campo da região, podendo ser essa migração de pequenos produtores que não conseguem competir com a grande produção; devido à instalação de novas estruturas de serviços e indústrias que demandam mão de obra especializada; e da tendência de permanência da corrente migrante sulista no município.

Tabela 1 – Dados de população total no município e variação dessa população no período de 2007 a 2010.

População Total e Variação da População no Período				
	2007	2010	Variação (total)	Variação (%)
Barreiras	129.501	137.428	7.927	6,12
Luís Eduardo Magalhães	44.265	60.179	15.914	35,95

Fonte: IBGE – Acervo e Dados Preliminares Censo 2010.

No que diz respeito à produção de bens e serviços do município, observa-se que a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS) de Luís Eduardo Magalhães supera, no ano de 2006, a do município de

Barreiras, que até então se mantinha a frente do primeiro, com uma diferença de R\$ 4.336.128.760,00, e se mantém superior até o ano de 2010 (vide valores na Tabela 2). O Produto Interno Bruto (PIB) municipal, utilizado como outra forma de mensurar a produção de bens e serviços finais produzidos no município, observa-se que os dois municípios apresentam um crescimento significativo no período que abrange de 2002 a 2008 (Tabela 3), porém, Barreiras possui os maiores valores até o ano de 2008, quando o PIB de Luís Eduardo Magalhães se aproxima muito do primeiro, chegando a uma diferença de aproximadamente R\$ 58 milhões; a divisão do PIB municipal pelo número total de habitantes resulta em um PIB per capita em Luís Eduardo Magalhães muito superior ao de Barreiras, o que revela que a média, por pessoa, da riqueza produzida no primeiro município é muito superior a produzida no segundo, não abrangendo a questão da distribuição de renda. Este fato nos mostra que mesmo possuindo uma população significativamente menor que Barreiras, Luís Eduardo Magalhães surge e se desenvolve economicamente de forma muito mais dinâmica que o município anteriormente centralizador na região, neste caso Barreiras (Tabela 4).

Tabela 2 – Arrecadação municipal de ICMS em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, no período de 2002 a 2010.

Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS (em R\$1000)					
	2002	2004	2006	2008	2010
Barreiras	19660711,4	21600772,62	24344369,86	28025809,84	32718647,42
Luís Eduardo Magalhães	10586603,7	17789336,64	28680498,62	29496096,29	38564671,48

Fonte: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Tabela 3 – Dados do PIB municipal do município de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no período de 2002 a 2008.

Produto Interno Bruto (em R\$ Milhões)				
	2002	2004	2006	2008
Barreiras	763	1227	1182	1597,11
Luís Eduardo Magalhães	547	997	850	1538,97

Fonte: SEI/IBGE - 2008, dados preliminares.

Tabela 4 – Dados do PIB per capita municipal do município de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no período de 2002 a 2008.

PIB per capita (em R\$)				
	2002	2004	2006	2008
Barreiras	6219	9398	8563	11774
Luís Eduardo Magalhães	27112	46471	37440	31422

Fonte: SEI/IBGE - 2008, dados preliminares.

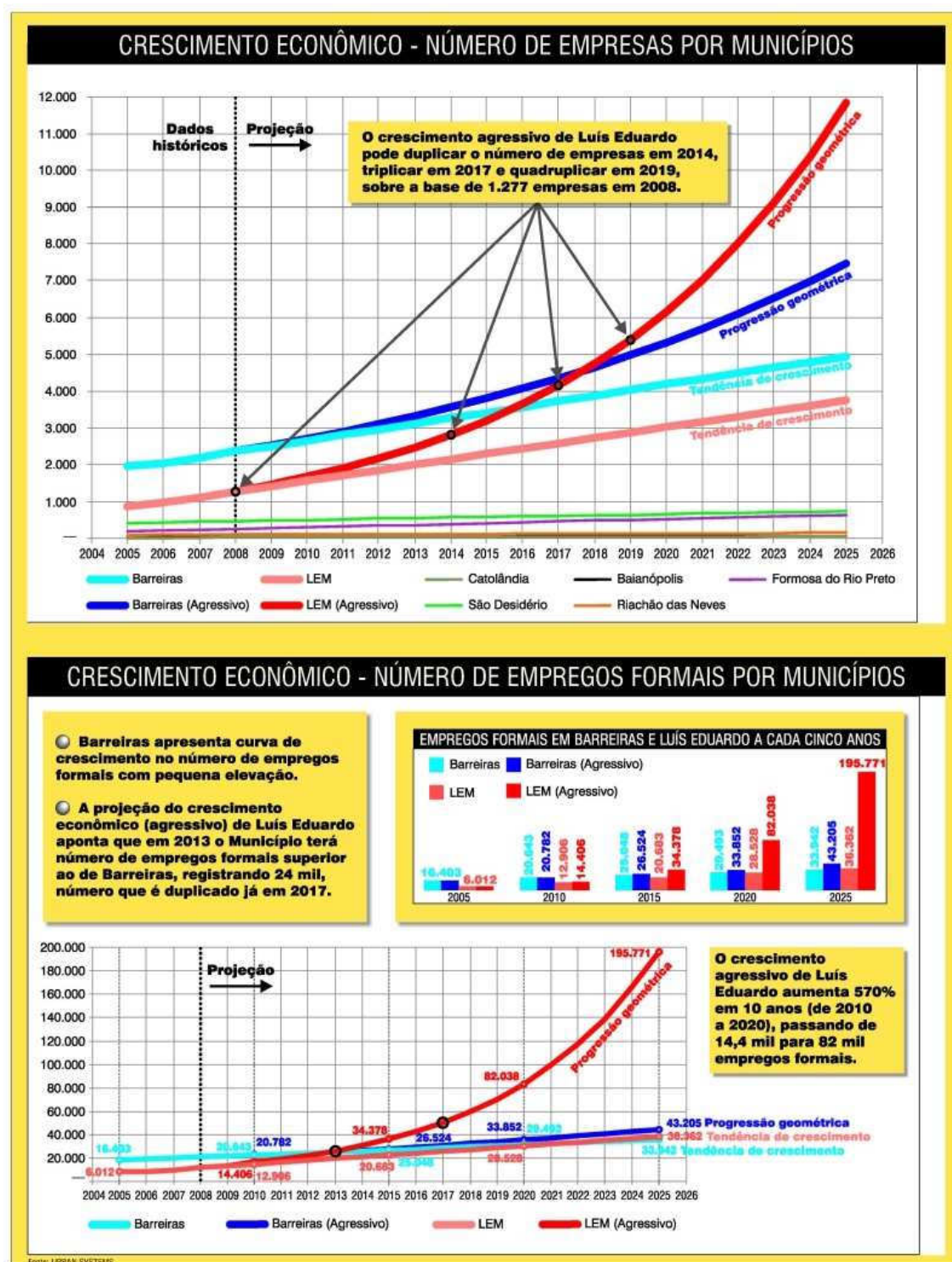
Além dos dados levantados e aqui expostos, em matéria apresentada no jornal regional Diário do Oeste, do dia 30 de março de 2011, foi publicado um estudo encomendado pela prefeitura de Luis Eduardo Magalhães para a empresa Urban Systems a respeito de projeções estatísticas baseadas em dados do IBGE para alguns municípios do oeste baiano⁵. Nessas projeções foram realizados dois possíveis cenários para os municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães: um cenário denominado de agressivo, onde os dados foram tratados por projeção geométrica, e um cenário dito moderado, através de dados de tendência de crescimento dos municípios. No cenário dito agressivo, os dados de empregos formais, número de empresas e população de Luis Eduardo Magalhães seriam maiores que os de Barreiras respectivamente em 2013 para empregos formais e 2018 para número de empresas e população total. Já no cenário considerado moderado, Luis Eduardo Magalhães ofereceria mais empregos formais em 2022, porém, não superaria Barreiras em número de empresas e população.

A pesquisa encomendada pela prefeitura de Luis Eduardo Magalhães demonstra que apesar das projeções serem baseadas em cenários ideais que não acompanham possíveis mudanças no cenário econômico, político e social da região, os dados apresentados para o município de Luis Eduardo Magalhães no período de estudo da pesquisa, que vai de 2007 a 2010 para a população e de 2003 a 2008 para o número de empresas e empregos formais, já apresentam grande dinamismo econômico que é refletido nas projeções, demonstrando também um menor dinamismo apresentado no município de Barreiras em relação ao primeiro.

O gráfico apresentado pelo jornal Diário do Oeste é apresentado na figura 3.

⁵ Aponta-se, na reportagem, que a data de conclusão da pesquisa foi janeiro de 2010.

Figura 3. Gráfico de projeção para crescimento econômico dos municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães



Fonte: Diário do Oeste, 30 de março de 2011, disponível em:

<<http://diariodooeste.com.br/luis-eduardo-corre-para-ultrapassar-barreiras,2103/>>.

CAPÍTULO 7: A rápida expansão urbana de Luis Eduardo Magalhães, a configuração de uma cidade voltada para o consumo do agronegócio e a lógica da metrópole se reproduzindo na cidade média

O município de Luis Eduardo Magalhães surge inicialmente como um aglomerado de loteamentos nas proximidades do posto de combustível denominado “Mimoso do Oeste” (Alves, 2006). Localizado no entroncamento das rodovias BR-242 e BR-020, o povoado ali formado passou a ter a mesma denominação do posto de combustível. Nos arredores do posto se instalam os migrantes sulistas recém-chegados e que passam a ser em grande parte produtores agrícolas e a exercerem funções de comércio e serviços necessárias ao povoado e as empresas que se instalam. Esses migrantes promovem o comércio de terras com vistas à agricultura, dando origem a uma incipiente especulação imobiliária, e que posteriormente ganha dimensões importantes, promovendo a elevação do capital dos proprietários de terra locais sustentada na demanda de loteamentos por novos migrantes que se instalaram no local em busca das oportunidades produzidas pelo agronegócio na região.

Segundo Alves (2006), o povoado de Mimoso do Oeste mantinha como característica no discurso de seus habitantes o de autonomia em relação a Barreiras. Isso ocorreu desde o início do povoado devido principalmente a alguns fatores, como: a localização estratégica entre Salvador, Brasília e Palmas, possibilitando ampliação das relações econômicas; a relativa distância do município de Barreiras, de aproximadamente 100 quilômetros; a rápida expansão econômica e demográfica do povoado; a criação da rivalidade entre as identidades sociais de Mimoso do Oeste e Barreiras, sendo a primeira constituída basicamente por migrantes sulistas e a segunda por população nordestina. Porém, apesar da resistência colocada pelo poder política de Barreiras, o povoado se torna distrito em 1997, conquistando o posto de município em 2000, quando recebe o nome de Luis Eduardo Magalhães, em homenagem ao filho do mais influente político baiano de então, Antônio Carlos Magalhães.

Com a emancipação, o novo município passa a controlar uma grande parcela de terras agricultáveis, o que possibilitou o desenvolvimento da agricultura moderna no município e seu consequente reflexo na área urbana, com a implantação de filiais de grandes empresas do agronegócio e o desenvolvimento das atividades econômicas, gerando uma urbanização baseada em novos padrões urbanos, trazidos pelos migrantes sulistas, nos quais são valorizados padrões construtivos prevalecendo a ideologia da

segurança, típica da sociedade contemporânea, em detrimento da valorização da convivência social nas áreas públicas.

Sobre a forma de urbanização realizada em Luis Eduardo Magalhães, Ilario (2011) afirma que “(...) Luis Eduardo Magalhães apresenta uma urbanização especializada, diretamente relacionada ao agronegócio. O crescimento do município foi diretamente proporcional ao aumento da produção de commodities nos Cerrados” (Ilario, 2011, p 44). Ademais, o autor afirma também que o município é o que mais apresenta na região a presença de estabelecimentos comerciais de fornecimento de maquinário e implementos agrícolas como as revendedoras John Deere, Case e Massey Ferguson, revelando novamente sua especialização produtiva.

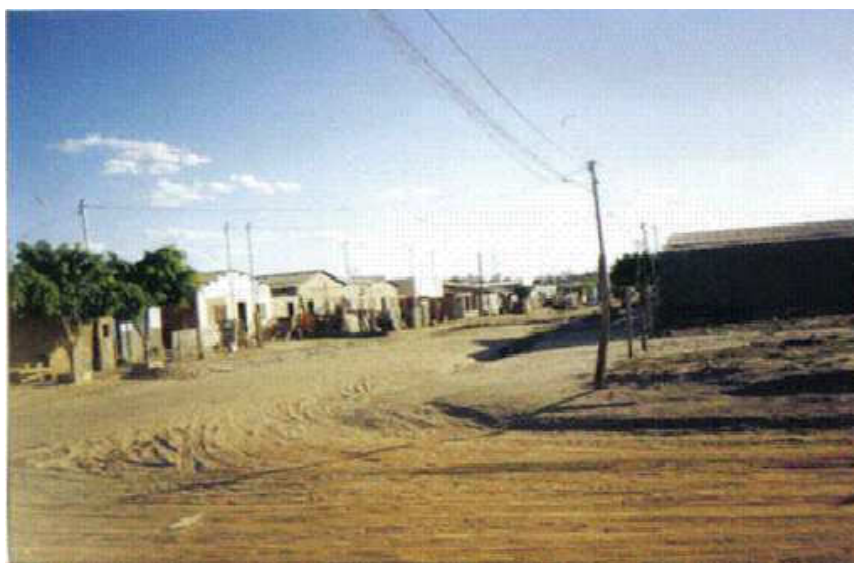
Acompanhando essa concepção de espaço urbano como um espaço que atende principalmente ao poder econômico das grandes empresas ali instaladas, surge como uma manifestação que é típica das regiões metropolitanas, mas que se espalha também pelas cidades médias, ou seja, a ideologia dos condomínios fechados. Este estilo de vida que se impõe na sociedade contemporânea como a opção de moradia para uma parcela da população também chega ao oeste Baiano, especialmente em Luis Eduardo Magalhães. Esses espaços de moradia exclusivos de uma determinada classe social trazem consigo a reprodução de um modelo que ganha força nos últimos anos no Brasil e que chega às cidades médias, especialmente aquelas detentoras de grande riqueza produzida pelo agronegócio.

A proliferação desse novo modo de vida, denominado por Caldeira (1997) como enclaves fortificados, cria uma nova forma de segregação espacial e transforma a vida pública em uma vida privada coletiva possibilitada pelas novas tecnologias de informação que permitem a concentração dos serviços básicos necessários em qualquer subespaço. Essas construções se assemelham, de certa forma, em relação aos aspectos construtivos, pois possuem altos muros, segurança privada, câmeras de vigilância e se caracterizam como espaços de moradia, trabalho e lazer fechados e descontínuos no espaço urbano, adquirindo uma qualidade de alto *status* social para quem o usufrui. A construção de espaços fechados, ou enclaves fortificados (Caldeira, 1997), no espaço urbano baseada na concepção de isolamento e segurança impulsiona também uma urbanização e um planejamento urbano que desvalorizam os espaços públicos e valorização de espaços individuais e privados, e, ainda, reproduzem certos aspectos nas características de organização de seus espaços, tais como, a construção de largas avenidas que priorizam a fluidez da circulação, eliminando o pedestre como elemento

do espaço, além da privatização de serviços básicos, como limpeza e segurança, e a privatização de espaços públicos, como o fechamento de ruas e áreas verdes.

Em sua tese de doutorado, Alves (2006) revela a presença de condomínios fechados no município de Luís Eduardo Magalhães e que esses espaços são construídos exclusivamente para atender os empresários e os produtores agrícolas modernos. Como exemplo da configuração espacial diferenciada adotada por Luís Eduardo Magalhães, pode-se apontar a BR-242 que atravessa a cidade e onde se instalam serviços voltados para o fluxo de veículos de transporte da produção agrícola regional, privilegiando assim a lógica da fluidez do escoamento da produção e serviços voltados para o campo; e o condomínio “Pedra dos Sonhos” voltado para uma classe mais abastada do município. Estas manifestações resultam numa lógica de aprofundamento da segregação urbana através da criação desses espaços descontínuos e privados no espaço urbano. As figuras 4, 5, 6 e 7 revelam a contradição na urbanização do município no ano de 2005 e posteriormente em 2010⁶.

Figura 4. Bairro Santa Cruz em Luis Eduardo Magalhães no ano de 2005



Fonte: Alves, 2006, p 91.

⁶ As imagens foram realizadas em observações de campos por Alves, 2006 e Ilarios, 2011, e retiradas dos respectivos trabalhos já citados.

Figura 5. Frente de condomínio em Luis Eduardo Magalhães no ano de 2005



Fonte: Alves, 2006, p 94.

Figura 6. Bairro Santa Cruz em Luis Eduardo Magalhães no ano de 2010



Fonte: Ilario, 2011, p 99.

Figura 7. Bairro Paraíso em Luis Eduardo Magalhães em 2010



Fonte: Ilario, 2010, p 101.

Percebe-se, então, que a segregação socioespacial ocorre no oeste baiano, assim como a distribuição e acesso a riqueza produzida pelo agronegócio é seletiva e atinge apenas parte da população dos municípios que o abrigam. Sobre os fatores que desencadeiam essa situação, Ilario (2011) afirma que a pobreza nessa região é um problema da estrutura da sociedade que se manifesta no território brasileiro, e que está presente em todos os municípios da região, não apenas em Luis Eduardo Magalhães, devido principalmente ao grande contingente de migrantes que se descola para o oeste baiano em busca de trabalho nas lavouras, que, por sua vez, apresentam elevado grau de mecanização e necessidade de pequeno contingente de mão de obra – em grande parte mão de obra especializada – não absorvendo, assim, esse contingente de trabalhadores que ali se instala.

O município de Luis Eduardo Magalhães, contudo, apresenta uma dinâmica um pouco distinta do município de Barreiras em relação à segregação socioespacial e a reprodução na cidade da nova lógica de produção do agronegócio, principalmente porque o município nasce em grande parte composto por uma primeira onda de migrações sulistas para a região, que levam consigo os costumes e tradições, assim como os padrões urbanos, vividos em outras regiões do país. Dessa forma, Alves (2006) indica que

Verifica-se, assim, em Luis Eduardo Magalhães a gestação de “um espaço fora do lugar” (Haesbaert, 1997), na medida em que se introduz naquela área uma outra concepção de funcionalidade do espaço urbano, que atende fundamentalmente às preocupações econômicas e culturais das empresas e das pessoas de outros lugares. É um espaço regido, dessa maneira, pela formalidade, diferentemente de Barreiras, que apesar das mudanças de forma, produzidas pela modernização contemporânea, ainda é um lugar que não perdeu o “espírito” da cultura local.

(Alves, 2006, p 87)

Como foi anteriormente definida a preferência do capital agroindustrial pelo município de Luis Eduardo Magalhães, uma vez que esse espaço apresenta menos rugosidades em relação a Barreiras, a difusão e aprofundamento do capital agroindustrial também se manifestam na área urbana através da ausência de espaços que refletem os costumes e tradições regionais baianas na cidade, gerando um espaço que busca apenas ser funcional ao capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da região produtora de commodities formada por municípios do cerrado nordestino e do Tocantins é indiscutível, tanto para a exportação de *commodities* e manutenção da balança comercial brasileira quanto para a alimentação do mercado externo. Porém, essa forma de ocupação não foi a única no processo histórico de ocupação da região, o que provoca uma série de conflitos socioespaciais e formas de reprodução do capital semelhantes na área.

Não distante disso, a ocupação do oeste baiano data de muito antes da entrada do agronegócio na região, tendo Barreiras como o principal município da rede urbana regional, exercendo este um papel importante de centralidade urbana tanto economicamente como politicamente durante grande período. Essa centralidade, no entanto, vê-se ameaçada com o grande desenvolvimento que o recém-criado município de Luis Eduardo Magalhães oferece a partir de sua emancipação, em 2000.

Os dados apresentados indicam a diferença de receita dos dois municípios e apontam o grande crescimento de Luis Eduardo Magalhães não só em receita, mas também em total populacional, diferentemente de Barreiras, que cresce pouco em população e é superada pela vizinha em alguns aspectos, como o PIB per capita e arrecadação de ICMS. Utilizando-se de ferramentas estatísticas, o próprio poder público municipal de Luis Eduardo Magalhães buscou projetar um cenário futuro para seu crescimento em detrimento ao crescimento da vizinha Barreiras, demonstrando a grande competitividade entre os dois municípios do oeste baiano.

Esse rápido crescimento observado em Luis Eduardo Magalhães está diretamente relacionado ao agronegócio e aos migrantes sulistas que se instalam no local desde a década de 80, e, conseqüentemente, reproduz uma forma de urbanização que segue a lógica das grandes cidades globalizadas, apresentando áreas de exclusão, falta de infraestrutura e espaços públicos precários ao mesmo tempo em que apresenta grandes enclaves urbanos destinados a pequena parcela da população com maior poder aquisitivo.

Analisando a rede urbana do oeste baiano como Corrêa (2006) propõe em sua discussão, percebe-se que ambos os municípios em questão realizam dentro dessa rede um papel na divisão territorial do trabalho e nos ciclos de exploração do campo que os proporcionam uma posição de destaque econômico e político em relação aos demais municípios que compõe a região. Porém, assim como o autor também afirma em sua

discussão, a forma dessa rede urbana regional não precisa ser necessariamente composta apenas de uma cidade principal que polariza toda a região, podendo haver mais de uma cidade oferecendo bens e serviços em diferentes níveis de poder econômico sobre as demais.

A periodização do estudo implica, como já antes apontado, nas diferentes possibilidades de apresentação da relação entre as cidades que compõe a rede urbana no oeste baiano, sendo o quadro atual fruto de diversos fatores e processos que puderam proporcionar maior dinamismo econômico a Luis Eduardo Magalhães em relação ao agronegócio. Acredita-se que a menor presença de objetos técnicos relacionados a modos de produção anteriores ao do capital do agronegócio na área que posteriormente se tornaria Luis Eduardo Magalhães – que no início se apresentava como um pequeno povoado relacionado a Barreiras, o maior município regional – desencadeou os fatores que propiciaram a ocupação do local de forma mais eficaz pela nova forma de produção do capital que se instala na região a partir da década de 1980. Dentre esses fatores pode-se citar o baixo preço da terra, a disponibilidade de áreas agricultáveis e a atração pelos migrantes sulistas, a proximidade com Barreiras e a localização favorável entre rodovias.

Enfim, entende-se que a forma de ocupação de Luis Eduardo Magalhães proporciona a esse município um conjunto de fatores que o colocam em posição vantajosa na discussão do poder político e econômico em uma região onde a principal atividade produtiva é o agronegócio. Contudo, o município de Barreiras ainda exerce forte influência política e econômica na região devido a grande e variada oferta de bens e serviços que vão além das necessidades agroindustriais.

Dessa forma, assume-se que todos os fatores históricos que contribuíram para a constituição da rede urbana do oeste baiano e culminaram na atual configuração, proporcionam a Luis Eduardo Magalhães uma posição de destaque na liderança regional conjuntamente com Barreiras, sendo o primeiro município originário de uma forma de ocupação e de atividades fortemente relacionadas ao agronegócio, enquanto o segundo possui atividades econômicas de outros períodos socioeconômicos e espaciais da formação do território nacional, mesmo baseando sua economia hoje em grande parte nas atividades primárias do agronegócio e extração mineral.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, V. E. L. *As Novas Dinâmicas Socioespaciais Introduzidas pelo Agronegócio nos Cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins*. In Bernardes, J. A. (org.) e Brandão Filho, J. B. A. (org.) *A Territorialidade do Capital*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- Alves, V. E. L. *Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses: Formação Territorial no Império do Agronegócio*. 2006. Dissertação de Doutorado. Orientador: Heinz Dieter Heidemann – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, novembro de 2006.
- Andrade, M. C. *Espaço, Polarização e Desenvolvimento*. 1 ed. Recife: CRAM, 1967.
- Bernardes, J. A. *Fronteiras da Agricultura Moderna no Cerrado Norte/Nordeste: Descontinuidades e Permanências*. In Bernardes, J. A. (org) e Brandão Filho, J. B. A. (org) *A Territorialidade do Capital*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- Brandão, P. R. B. *A formação Territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985)*. In GeoTextos. vol. 6. n 1. p 35-50. Julho, 2010.
- Caldeira, T. P. do R. *Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana*. In Novos Estudos. n 47. p 155-176. Março, 1997.
- Corrêa, R. L. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- Corrêa, R. L. *Trajetórias Geográficas*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- Elias, D. *Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola*. In Spósito, E. S. Sposito, M. E. B. e Sobarzo, O. (orgs.) *Cidades Médias: produção do espaço*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- Santos Filho, M. (coord.) *O Processo de Urbanização no Oeste-Baiano*. Recife, SUDENE-DPG.PSU-URB, 1989.
- Santos, M. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1993].
- Santos, M. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2008a.
- Santos, M. *Economia Espacial*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2011.
- Santos, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008b.
- Santos, M. *Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- Santos, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 2008c.
- Ueda, V. *Loteamentos Fechados e a Produção do Espaço Urbano: Algumas Reflexões para o Debate*. In Spósito, E. S. Sposito, M. E. B. e Sobarzo, O. (orgs.). *Cidades Médias: produção do espaço*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Ilario, C. G. *Região agrícola competitiva e logística no oeste baiano*. 2011. Dissertação de Mestrado. Orientador: Ricardo Abid Castillo – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

Sites Consultados

<http://diariodooeste.com.br/luis-eduardo-corre-para-ultrapassar-barreiras,2103/>

<http://www.luiseduardomagalhaes.ba.gov.br/>

<http://barreiras.ba.gov.br/>

<http://www.sei.ba.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/>